



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

Processo nº 00600-00013162/2023-34-e.

Referências: Informação nº 10/2023-Susel (peça 17); Informação Orçamentária Financeira nº 14/2023 (peça 19); Estudo nº 1/2023 - Susel (peça 22); Informação nº 908/2023 - Segep (peça 23).

Assunto: Estudo Preliminar.

Ementa: Ofício nº 729/2023 – CPG, Memorando 46/2023- STI, Memorando nº 50/2023 – DSAUD, Memorando 65/2023 – COGEDOC. Pedidos de providências com vistas à realização de concurso público. Despachos nº 2084/2023, 2154/23 e 2453/23 – Presidência. Manifestação da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças – SECOF quanto ao atendimento dos aspectos orçamentário e fiscal. Estudo preliminar de viabilidade, elaborado pela Supervisão de Seleção e Estágios – SUSEL, favorável à contratação de instituição especializada, para fins de realização de concursos públicos. Encaminhamento dos autos para conhecimento e deliberação superior.

Consultoria Jurídica: Boa ordem do feito. Razões de fato e de direito devidamente apresentadas. O Tribunal de Contas do Distrito Federal exerce, no couber, todas as atribuições previstas no artigo 96 da Constituição Federal. Observância dos requisitos previstos art. 169, § 1º, da Constituição Federal. Autonomia Administrativa do TCDF. Possibilidade de esta Corte se organizar internamente. Atendimento às exigências do § 1º do art. 17 da LRF. Necessidade de elaborar estudo com vistas à autorização para contratação da instituição especializada na realização de concursos públicos, oportunidade em que serão melhor analisados os aspectos jurídico-formais do procedimento licitatório.

PARECER nº 167/2023-CJP

Versam os autos sobre estudo preliminar de viabilidade da realização de concurso público visando ao posterior preenchimento do cargo de Procurador do Ministério Público junto ao TCDF e de cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, de Auditor de Controle Externo – Área Especializada, na especialidade Tecnologia da Informação – Orientação Microinformática e Infra Estrutura de TI, e nas especialidades Psicologia e Arquivologia.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

Instada a se manifestar, a Secretaria de Seleção, Lotação e Estágio, por meio das informações colacionadas à peça 22, apresentou as razões de fato para realização do certame e preenchimento dos cargos supramencionados.

Por sua vez, após fazer minucioso estudo quanto ao impacto orçamentário, financeiro e fiscal sobre a projeção das despesas de pessoal para os exercícios financeiros de 2024, 2025 e 2026, em virtude da implementação das medidas ora analisadas, a Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças Serviço de Execução Orçamentária chegou à seguinte conclusão:

Em face do exposto, considerando as informações apresentadas na peça n.º17, pela Supervisão de Seleção, Lotação e Estágio – SUSEL, com base nos dados fornecidos pelo Serviço de Pagamento – SEPAG, que tratam da projeção de gastos com pessoal, no triênio 2024/2026, decorrentes da realização do concurso público e provimento de cargo de Procurador do MP junto ao TCDF e de cargos efetivos de Auditor de Controle Externo – Área Especializada; e levando-se em consideração as estimativas da RCL elaboradas pela Secretaria de Estado de Economia – SEEC/DF, para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, pode-se concluir que:

a) o impacto orçamentário-financeiro gerado em virtude da realização do concurso público e provimento dos cargos é plenamente suportado pelas dotações orçamentárias previstas para os exercícios de 2024, 2025 e 2026;

b) o impacto fiscal, decorrente da realização do concurso público e provimento dos cargos, poderá atingir 1,17% (limite de alerta) em 2024; 1,07%, em 2025; 1,03%, em 2026, inferior ao limite máximo de 1,30% previsto para as despesas com pessoal desta Corte de Contas, em consonância com os arts. 19, 20, 21 e 22 da LRF; e

c) A dotação prevista para o exercício de 2024, referente à Concessão Benefícios a Servidores, é suficiente para atender aos gastos previstos com a realização do concurso público e provimento dos cargos. Para os exercícios de 2025 e 2026, esses gastos serão incluídos nos respectivos orçamentos, em consonância com o § 1º, art. 17, da LRF.

Em seguida, o Secretário Gestão de Pessoas se posicionou de acordo com as informações prestadas pelas unidades instrutivas e submeteu os autos ao crivo da Secretaria-Geral de Administração, sugerindo a adoção das providências elencadas nos itens I a IV do Estudo nº 1/2023 – SUSEL (peça 22).

Por fim, o Secretário Geral de Administração se manifestou nos seguintes termos:



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

Acolhendo as informações prestadas pela Supervisão de Seleção e Estágios, endossadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas (peça 23), submeto ao crivo de Vossa Excelência as proposições apresentadas no Estudo nº 1/2023 – Susel (peça 22), sugerindo que seja colhida a oitiva da preclara Consultoria Jurídica dessa Presidência e, na sequência, a matéria em questão seja submetida à apreciação e deliberação do e. Plenário, conforme estabelecido no art. 2º, inciso VIII, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Mediante venerando despacho presidencial, os autos foram encaminhados a esta Consultoria Jurídica para análise.

É o relatório.

Analisa-se, neste momento processual, os aspectos jurídico-formais de estudo preliminar de viabilidade da realização de concurso público visando ao posterior preenchimento do cargo de Procurador do Ministério Público junto ao TCDF e de cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, de Auditor de Controle Externo – Área Especializada, na especialidade Tecnologia da Informação – Orientação Microinformática e Infra Estrutura de TI, e nas especialidades Psicologia e Arquivologia.

Após exame pormenorizado dos autos e informações trazidas pelas unidades instrutivas, verifica-se, desde logo, que as medidas tomadas para implementação dos certames supramencionados encontram-se bem fundamentadas e em obediência à legislação regente, não se verificando, ao menos *a priori*, óbices legais para continuação do feito.

Senão, vejamos:

O embasamento legal para a realização de novo concurso público encontra-se previsto no artigo 82 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Referido dispositivo estipula que o Tribunal de Contas do Distrito Federal exerce, no couber, todas as atribuições previstas no artigo 96 da Constituição Federal. Dentre as atribuições previstas Carta Magna, destaca-se, justamente, a possibilidade de este Tribunal prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, os cargos necessários para o desempenho de suas funções institucionais.

Art. 82. O Tribunal de Contas do Distrito Federal, integrado por sete Conselheiros, tem sede na cidade de Brasília, quadro próprio de pessoal e



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

jurisdição em todo o território do Distrito Federal, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96 da Constituição Federal.

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei.

No mais, é de se observar que já consta autorização legislativa específica para a realização e nomeação em concurso público de 10 (dez) Auditores de Controle Externo – Área Especializada (Analista de Administração Pública), com 3 vagas destinadas ao concurso regido pelo Edital nº 1 – TCDF/SERVIÇOS AUXILIARES, de 1º de agosto de 2023, restando 7 (sete) vagas devidamente autorizadas. Registra-se, ainda, que existe projeto de lei, em vias de aprovação, para melhor detalhar esse quadro e contemplar textualmente a autorização específica referente ao cargo de Procurador.

Noutro giro, as razões de fato para realização do certame restaram devidamente evidenciadas por meio das informações colacionadas à peça 22:

1) Quanto ao cargo Auditor de Controle Externo – Área Especializada, há de se observar que o último concurso realizado foi em 2013, com posse de novos servidores entre 2014/2016, sendo que atualmente o quadro de ACE – Área Especializada conta com um quantitativo de 76 cargos efetivos, dos quais 56 estão ocupados e 20 vagos.

2) Na Especialidade Tecnologia da informação – Orientação Microinformática e Infra Estrutura de TI, a Secretária de Tecnologia da Informação – STI pontua que nos últimos anos o avanço e a utilização de recursos tecnológicos se intensificaram e essas mudanças afetaram significativamente a demanda por serviços e infraestrutura de TI no TCD e que, diante de uma crescente procura por soluções de tecnologia, enfrenta dificuldades para atendimento das necessidades do Tribunal com o quadro atual de servidores.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

3) No que concerne ao cargo de Procurador do MPCDF, a Secretaria de Seleção, Lotação e Estágio noticiou a exoneração do Procurador Danilo Moraes do Santos, bem como o Termo de Desistência, Nomeação e Posse do Sr. Alan do Nascimento Gomes e o da Sra. Rebeca Souza Cavalcante de Oliveira. Ademais, ressaltou que, em consulta realizada junto ao Serviço de Cadastro Funcional da Secretaria de Gestão de Pessoas, atualmente um dos membros do MPCDF está em abono de permanência, podendo se aposentar a qualquer momento.

4) Com relação à especialidade Psicologia, a Divisão de Assistência Direta à Saúde – DSAUD informou uma sobrecarga nos atendimentos para a especialidade Psicologia Clínica, fato que impede a ampliação dos projetos em andamento e gera uma fila de espera, impactando significativamente a oferta do serviço. Referida unidade destacou que a contratação de mais 2 psicólogos acarretaria uma considerável melhoria na eficiência dos atendimentos e a possibilidade de ampliação e criação de novos programas de promoção da saúde, com vistas ao acolhimento e valorização dos servidores desta Corte.

5) Por fim, no que se refere à atuação dos profissionais de Arquivologia, a COGEDOC relata o declínio da força de trabalho na unidade por conta de aposentadorias, bem como aponta algumas iniciativas impactadas pelo déficit da especialidade Arquivologia, as quais acarretam possíveis riscos aos processos de gestão documental do Tribunal. Para suprir o déficit, a unidade solicita a criação de 2 (duas) vagas de Arquivista no presente concurso, visando a garantia do funcionamento da COGEDOC e a consequente promoção da transformação digital, celeridade processual e preservação do patrimônio documental em âmbito institucional.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

Por seu turno, o atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal restou devidamente demonstrado por meio da Informação N°. 14/2023 – SEORC, na qual o Serviço de Execução Orçamentária - SEORC e o Serviço de Contabilidade – SECON concluíram que o impacto orçamentário-financeiro gerado em virtude da realização do concurso público e provimento dos cargos é plenamente suportado pelas dotações orçamentárias previstas para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, em consonância, portanto, com o § 1º do art. 17 da LRF.

Por fim, no que se refere à forma de realização do concurso, vale lembrar que esta Corte não dispõe de unidade operacional ou órgão especializado no serviço de elaboração e execução do certame, sendo necessário elaborar estudo com vistas à autorização para contratação da instituição especializada na realização de concursos públicos, oportunidade em que serão melhor analisados os aspectos jurídico-formais do procedimento licitatório, inclusive sob a modalidade de dispensa de licitação.

Face o exposto, esta Consultoria Jurídica atesta a boa ordem do feito, bem como dos fundamentos nele apresentados, opinando pelo conhecimento das informações constantes nos autos com vistas a subsidiar a posterior realização de concurso público para provimento de cargo de Procurador do Ministério Público junto ao TCDF e de cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares.

Brasília-DF, 13 de novembro de 2023.

João Victor Bessa Duarte
Assessor Jurídico

De acordo.

Encaminhem-se os presentes autos ao Gabinete da Presidência.

ALCIDINO VIEIRA JÚNIOR
Consultor Jurídico